

2º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/10/99
C	deletivo
C	CPA



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo** : 13875.000043/95-73  
**Acórdão** : 201-72.814

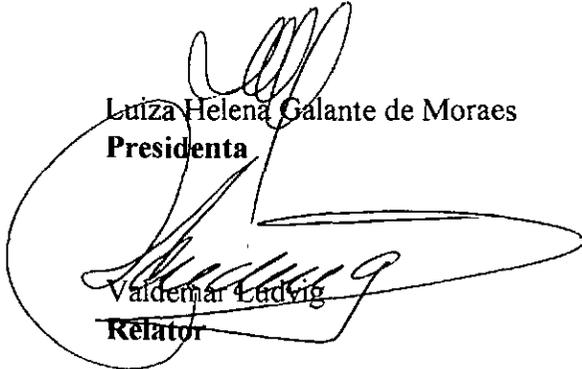
**Sessão** : 20 de maio de 1999  
**Recurso** : 106.382  
**Recorrente** : INDÚSTRIA DE CAL ITAÚ LTDA.  
**Recorrida** : DRJ em Campinas - SP

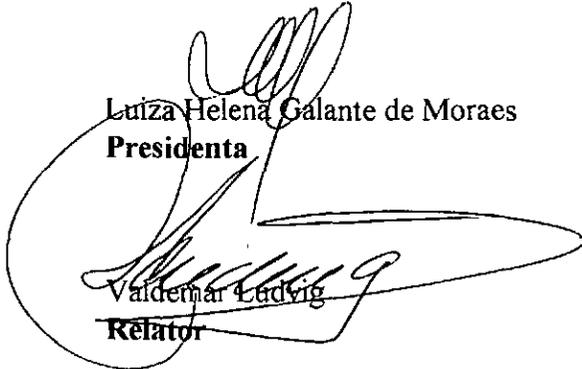
**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRAZOS - INTEMPESTIVIDADE.** Devidamente intimada da decisão de primeiro grau, a apresentação de recurso voluntário fora do prazo regulamentar impede seu conhecimento. **Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: INDÚSTRIA DE CAL ITAÚ LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso, por intempestivo.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jorge Freire.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1999

  
Luíza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

  
Valdemar Ludvig  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres (Suplente), Rogério Gustavo Dreyer, Ana Neyle Olímpio Holanda, Serafim Fernandes Corrêa, Geber Moreira e Sérgio Gomes Velloso.

Lar/mas-fclb



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo** : 13875.000043/95-73  
**Acórdão** : 201-72.814

**Recurso** : 106.382  
**Recorrente** : INDÚSTRIA DE CAL ITAÚ LTDA.

**RELATÓRIO**

A Contribuinte acima mencionada impugna a exigência constante na Notificação de Lançamento de fls. 03, referente à cobrança da Contribuição à Confederação Nacional de Agricultura - CNA, relativa ao ITR/94, de sua propriedade rural, denominada Sítio Santa Clara, localizada no Município de Ribeirão Branco-SP, com área total correspondente a 7,8 ha.

Alega em sua impugnação que a contribuição confederativa foi devidamente recolhida, tempestivamente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a qual teve como base a atividade principal da empresa e o seu capital social registrado na Junta Comercial do referido Estado.

Para embasar suas razões, a Contribuinte juntou à impugnação os seguintes documentos: Notificação ITR/94 e, DARF comprovando o recolhimento de parte do ITR/94.

Foi determinado, pela autoridade preparadora, a juntada de documentos necessários à apreciação e que não constavam nos autos, quais sejam: cópias das declarações do ITR de 1992 em diante (normais e retificadoras); cópia de escritura pública e/ou título de domínio ou de posse; e cópia integral e atualizada da matrícula e decorrentes da mesma (se houver) no Registro de Imóveis.

A contribuinte foi devidamente intimada sobre tal determinação, tendo juntado aos autos os seguintes documentos: Declaração de Informações ITR-94 e Escritura Pública de Alteração de Contrato Social e Transmissão de Bens Imóveis.

A Autoridade Julgadora decidiu pela improcedência da Impugnação, mantendo o lançamento, pela razões sintetizadas na ementa que segue, *in verbis*:

**“ITR – EXERCÍCIO 1994.**

**Mantém-se a exigência quando constatado que o lançamento foi corretamente efetuado e, com base nas informações prestadas pelo interessado.**

**IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE.  
LANÇAMENTO MANTIDO.”** (destaque nosso)



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo : 13875.000043/95-73**  
**Acórdão : 201-72.814**

No voto, destaca que:

**“No caso dos autos, a atividade principal da empresa é a industrial, que não possui qualquer conexão funcional com a atividade rural, ou seja, são atividades independentes ou divorciadas entre si, devendo recolher a contribuição patronal para a entidade sindical representativa da categoria econômica de cada uma das atividade exploradas.” (destaque nosso)**

Inconformada com a Decisão de Primeira Instância, a empresa **CIA CIMENTO PORTLAND ITAÚ** apresenta em 08/12/97, Recurso voluntário a este Colegiado, onde informa que foi intimada da Decisão na data de 05/11/97. Esclarece, ainda, que se trata da sucessora, por incorporação, da empresa impugnante Indústria de Cal Itaú Ltda, juntando documentos comprobatórios da sua regular representação.

No recurso interposto a contribuinte alega em síntese que:

- a Receita Federal não tem competência para decidir se a contribuição sindical é, ou não, devida, pois a Receita tem apenas a função de arrecadação, evidenciando-se que a relação jurídica, na questão do recolhimento, ou não se daria entre os proprietários do imóveis rurais e o Sindicato Rural;

- caberia à Receita Federal somente informar ao Sindicato sobre o não recolhimento da contribuição, cabendo a este a cobrança judicial;

- o Sindicato Rural ao cobrar as contribuições sindicais rurais, fere princípios constitucionais, referentes à livre associação e à organização sindical única de representatividade da categoria;

- a recorrente associou-se ao Sindicato das Indústrias, por ser o que representa a atividade preponderante exercida pela mesma, recolhendo a contribuição sindical a este Sindicato. Não sendo associada ao Sindicato Rural alega que não pode ser obrigada, pela Receita Federal, a recolher tal valor ao Sindicato do qual não faz parte;

- a decisão de primeiro grau não merece prosperar pois partiu de premissas errôneas, admitindo que a empresa pratica duas atividades distintas, uma rural e uma industrial;

- o correto seria o enquadramento da empresa contribuinte ao previsto no parágrafo segundo do art. 581 da CLT, e não no parágrafo primeiro como foi feito pelo julgador singular, uma vez que as atividades do imóvel rural, em questão, têm conexão funcional com a



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo** : 13875.000043/95-73  
**Acórdão** : 201-72.814

realizada na Fazenda Lavrinhas, sede da fábrica de cal, atividade esta desempenhada pela recorrente, a qual possui fazendas próximas à fábrica objetivando o cultivo de eucaliptos, que através de sua lenha serve como combustível para os fornos de cal;

- a atividade de plantação de eucalipto tem conexão funcional com a atividade exercida na fazenda sede, onde está a fábrica de cal. Sendo esta a atividade principal deve recolher contribuição sindical à Federação de Indústria de São Paulo;

- a fazenda de reflorestamento não possui funcionário rural, pois quem controla a fazenda é um engenheiro da fábrica, e na época de plantio, roçada manual, corte, transporte e armazenamento, são contratados terceiros que prestam serviços;

- a recorrente não é filiada ao Sindicato Rural pois não exerce atividade rural, portanto não é contribuinte de tal obrigação. Sua atividade preponderante é a industrial; e

- a Receita Federal em Minas Gerais aceitou as razões da recorrente, como faz prova a decisão anexada a Apelo.

Finalizou requerendo o julgamento procedente do recurso, acolhendo a incompetência e extinguindo-se o feito, ou se não for este o entendimento, seja acolhida a tese apresentada, desobrigando a recorrente de recolher as contribuições contestadas, bem como seja suspensa a exigência face à interposição deste Recurso.

Foram juntados ao Recurso os seguintes documentos:

a) cópia do Diário Executivo de Minas Gerais, onde consta Ata da Assembléia Extraordinária da recorrente;

b) Procuração;

c) cópia da Decisão Recorrida;

d) Impugnação de Lançamento ITR-96;

e) SRL- ITR/96; e

f) comprovante do resultado procedente da SRL.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo** : 13875.000043/95-73  
**Acórdão** : 201-72.814

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG

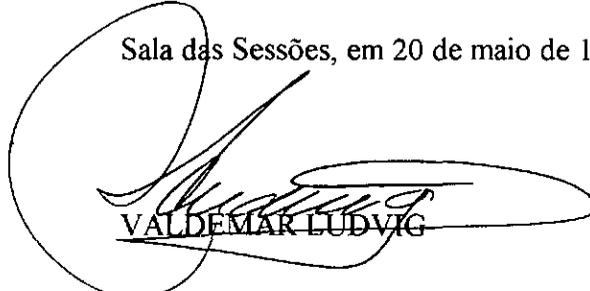
Conforme se depreende do relatório, a recorrente se considerou intimada no dia 05/11/97 (fls. 29), uma vez que não consta do respectivo AR a data do recebimento da ciência da decisão de primeira instância.

Ocorre que, em sendo o dia 05/11/97 uma quarta feira, o prazo legal para pagamento ou interposição de recurso voluntário, ao Segundo Conselho de Contribuintes, encerraria, como de fato encerrou, no dia 05/12/97 (sexta feira), e a apresentação do recurso, data também confirmada pela defendente, se deu no dia 08/12/97, fora portanto, do prazo regulamentar.

Face ao exposto e tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de não conhecer do recurso por intempestivo.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1999



VALDEMAR LUDVIG